



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

COMMULHER - SANTOS/SP.

Lei Municipal nº. 2.039 de 30/07/2002,
alterada pelas Leis nºs. 2.488 de 30/10/2007e 2.702 de 16/07/2010

Ata da 194ª. Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMMULHER. Aos 13 dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às 15:00 horas, nas dependências da Casa de Participação Comunitária, situada à Rua XV de novembro, 183 – Centro Histórico, em Santos/SP, realizou-se a 194ª Assembleia Geral Ordinária com a presença das conselheiras, cujas assinaturas constam da lista de presença, parte integrante desta ata e justificadas as ausências. Compôs a mesa para condução dos trabalhos, a Sra. Presidente Conceição Dante, a Vice-Presidente Diná Ferreira Oliveira e a 1ª Secretária Paula Regina de Castro Rocha Rodrigues Alves. Iniciando a reunião a Sra. Presidente cumprimentou, agradeceu as presenças. Em seguida iniciou a pauta da Assembleia. **Item 1 – Deliberação da Ata da Assembleia Geral Ordinária anterior** – A Ata foi aprovada sem ressalvas. **Item 2 – Relatos do grupo “Tráfico de Mulheres”**- Com a palavra a Vice-Presidente Diná esclareceu que houve um evento sobre tráfico de mulheres e que esse tema faz parte do Plano Municipal de Políticas para Mulheres, razão pela qual convidou a Dra. Verônica Teresi para que fizesse uma síntese do evento bem como as sugestões de futuras ações. Com a palavra a Dra. Veronica (advogada) informou que o projeto foi financiado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, em Brasília no qual ela foi participante. A ideia era trazer essa temática para algumas cidades específicas. Para isso foi montada uma metodologia que após aprovada ocorreram dois dias de atividades, sendo que no primeiro, houve um grande ato público com atores envolvidos na temática do caso, realizado na Câmara Municipal de Santos e no dia seguinte uma oficina para os atores da rede e pessoas que estivessem envolvidas na temática para a partir daí, pensarem na temática do tráfico de pessoas e propor algumas questões para a cidade. Ressaltou que a temática englobava também, questões de gênero, de masculinidade para que o homem perceba, dentro das ações diárias, como as violências vão acontecendo. Foi abordado também, a questão racial que é muito importante aqui no Brasil quando se fala no tráfico de mulheres. Desses debates surgiram demandas, chamadas de recomendações de ações que segundo a Dra. Verônica, podem ser de interesse do Conselho. A primeira seria a criação de uma rede formal envolvendo a violência, em que o tráfico seria uma das temáticas. Verificaríamos o fluxo da rede atual, identificaríamos esse fluxo de rede para atendermos, por exemplo, uma vítima de tráfico, que pode ser de violência sexual, para exploração do trabalho ou para casamento forçado. A segunda, seria a criação de um centro de referência de diagnóstico para diferentes modalidades de tráfico. A terceira, seria promover a primeira conferência regional da baixada santista, que foi pensada na questão do tráfico. Informou que será realizada uma reunião em maio para se pensar num evento para o dia 31 de julho, que é a data de “comemoração” do enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil. Disse ainda que, a ideia é que nessa data seja feito um seminário ou uma atividade que juntasse os atores para pensar a temática do tráfico na região, uma vez que percebeu-se que a questão do tráfico não pode ser discutida em âmbito municipal, mas sim de forma regional. A quarta seria pensar em formações e capacitações permanentes. A quinta seria a criação de um posto de atendimento



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

COMMULHER - SANTOS/SP.

Lei Municipal nº. 2.039 de 30/07/2002,
alterada pelas Leis nºs. 2.488 de 30/10/2007e 2.702 de 16/07/2010

humanizado. Relatou que atualmente temos 13 postos espalhados pelo Brasil com atendimento humanizado à vítimas de tráfico, que em função da mudança migratória no Brasil, hoje também atende migrantes. Em razão da localidade, esses postos são de formas variadas, como: uns são nos postos fluviais em função dos rios, como no Amazonas; existem postos em Rodoviárias. No Tietê, por exemplo, há um posto e há também nos aeroportos. Dra. Verônica disse que talvez fosse bom que em Santos o posto fosse na rodoviária, para atender essa população que não sabemos de onde vêm nem para onde vai. Informou ainda, que percebeu-se a necessidade de se trabalhar com as mulheres em situação de rua, que podem ser vítimas ou potenciais vítimas. Disse ainda que voltou-se a falar do fluxo da violência no âmbito da saúde, o fluxo de 2016; pensou-se também em aumentar o número de grupos de escuta institucional, onde se colocou como exemplo os grupos de economia solidária, que são espaços de escuta e de empoderamento das mulheres, pois acabam tirando-as da vulnerabilidade. Foi trazido a necessidade de se discutir essas questões com a comunidade cigana e a indígena da nossa região, pois em outras regiões do Brasil há a adoção ilegal de crianças indígenas. Relatou ainda, que a questão mais importante é se pensar em política pública para a questão do tráfico e a violência em geral, é o diagnóstico, pois provavelmente não sabemos a real situação das mulheres da região e das próprias migrantes que aqui se encontram. Com a palavra a Vice-Presidente Diná que agradeceu a disponibilidade da Dra. Verônica e convidou-a para retornar numa próxima oportunidade com o intuito de retomar o assunto e solicitou que avisasse quando for marcada a reunião com o grupo, para que seja divulgado junto às conselheiras e que estas possam divulgar dentro de suas secretarias para que os interessados possam participar. **Item 3 – Atualização do Plano Municipal de Políticas para Mulheres – Eixo 1 – VIDA E SAÚDE- meio ambiente, direitos sexuais e reprodutivos, autonomia das mulheres sobre seu corpo com respeito às suas diversidades** - Com a palavra a Conselheira Milene, da SMS, que acompanhada de alguns servidores da secretaria iniciaram a leitura dos **objetivos, respectiva ação e situação atual**. No primeiro item a vereadora Andrey Kleys pediu a palavra e comentou que a saída de algumas servidoras da SEDUC, prejudicou o andamento do Programa Saúde nas Escolas e que precisamos avançar, retomar essa questão e ir às escolas para falarmos sobre as doenças que envolvem a sexualidade bem como da gravidez precoce, pois estamos percebendo o aumento crescente de adolescentes grávidas. A Dra. Daniela da SMS comentou a necessidade de se atingir o ensino médio (escolas estaduais). Foi sugerido que numa futura formação ministrada pelo município, as supervisoras de ensino do Estado sejam convidadas, assim, conheceriam o Programa e replicariam nas escolas de ensino médio e que fosse conversado com o professor João Bosco com o intuito de indicar os melhores técnicos para essas formações. Com a palavra a Presidente Conceição, que ratificou ser o ideal conversar com o Sr. João Bosco a respeito do que foi decidido e como seria feito. Como a Ação em discussão é parceria da Saúde com a Educação foi proposto incluir os servidores Ercila Wiggert, da Saúde e Daniel Gomes da Educação sobre essa possibilidade, a fim de que não sejam pegos de surpresa e que levem a proposta ao professor João Bosco. Também foi discutido a



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

COMMULHER - SANTOS/SP.

Lei Municipal nº. 2.039 de 30/07/2002,
alterada pelas Leis nºs. 2.488 de 30/10/2007e 2.702 de 16/07/2010

questão da gravidez precoce, para que se trabalhe em conjunto com o Instituto da Mulher fazendo palestras. Com a palavra a Conselheira Milene informou que isso está sendo feito, tendo sido realizada uma palestra na SEDUC, para as supervisoras em março. Com a Palavra a Vice-Presidente Diná mencionou que o Plano estabelece o prazo de um ano para implantação da Ação e que como está implantado, porém precisa ser implementado, propôs que a Ação seja colocada como permanente, considerando a importância da mesma, o que foi aceito pelas conselheiras. Com a palavra a Conselheira Milene, que continuou a apresentação em conjunto com os demais servidores da SMS e mencionou todos os itens do Plano referentes à responsabilidade da Secretaria de Saúde, inclusive informou que não há mais fila de espera para realização de exames de mamografia. **4) Informes da Coordenadoria da Mulher** – A Coordenadora informou que no dia 03 de maio houve a capacitação dos Guardas Municipais, pelo Ministério Público, que irão atuar no Projeto Guardiã Maria da Penha, informou também que já foi elaborado Decreto, e enviado para a Procuradoria, que regulamenta o Projeto Respeitar de Ressocialização do Agressor de Violência Doméstica e cria o Grupo Executor, que irá coordenar as ações do Projeto. **5) Assuntos Gerais** - Sem mais nada a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todas e deu por encerrada a reunião, onde eu, Paula Regina de Castro Rocha Rodrigues Alves redigi a presente Ata que vai assinada por mim e pela Presidente Conceição Dante.

Conceição Dante
Presidente do COMMULHER

Paula Regina de C. R. Rodrigues Alves
1ª. Secretária